



ORAÇÕES CONSECUTIVAS: ESTRUTURAS DE CORRELAÇÃO?

CONSECUTIVE CLAUSE: STRUCTURES OF CORRELATION?

Violeta Virginia Rodrigues¹
Evelyn Cristina Marques dos Santos²

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: De acordo com Marques (2009), as cláusulas correlatas consecutivas não se enquadram nos níveis de integração de cláusulas, proposto por Hopper e Traugott (1993), visto que estas envolvem o processo da correlação. Por apresentarem um grau de encaixamento diferente do das subordinadas substantivas, a autora adaptou a proposta funcionalista e as incluiu no grupo de encaixamento de estruturação intermediária 1, uma vez que tais cláusulas não apresentam dependência em relação a um Sintagma Verbal (SV) ou a um Sintagma Nominal (SN), mas em relação a um intensificador. Assim, o presente estudo objetiva rever a proposta de Hopper e Traugott (1993), já institucionalizada nas pesquisas linguísticas funcionais, com vistas a uma investigação mais detalhada dos níveis de integração das cláusulas consecutivas correlatas. Além disso, pretende-se contemplar em nossa análise aspectos semântico-pragmáticos dessas cláusulas, como seu *status* informacional, relação de consecutividade e os tipos de verbo que compõem tais cláusulas. Para atingirmos o principal objetivo deste trabalho, ou seja, descrever os diferentes níveis de integração sintática das cláusulas consecutivas correlatas, optamos por trabalhar com 15 roteiros de cinema, encontrados no site www.roteirosdecinema.com.br. Os resultados apontam que tais cláusulas apresentam níveis de integração sintáticos diferenciados a depender do intensificador utilizado e que tal dependência é verificada pela sua mobilidade em relação ao elemento intensificado.

Palavras-Chave: Cláusulas consecutivas correlatas. Níveis de integração sintática das cláusulas. Intensificador. Funcionalismo.

¹ violetarodrigues@uol.com.br

² lyn.marques@gmail.com

Abstract: *According to Marques (2009), consecutive correlated clauses do not fit the levels of clause integration proposed by Hopper and Traugott (1993), since they involve correlation processes. Because of the fact that such clauses present a different level of embedding from the one presented by noun clauses, the author adapted the functionalist proposal and included the first ones in the group formed by intermediate embedding structuring 1. Such classification was established since these clauses do not present dependence in relation to a VP or a NP, but they depend on an intensifier. In this sense, the present study aims at reanalyzing the proposal made by Hopper and Traugott (1993), which has already been institutionalized in the functional linguistic researches, in order to provide a more detailed investigation of the levels of integration of correlated clauses. Moreover, we intend to consider semantic and pragmatic aspects of these clauses in our analysis, such as informational status, consecutive relation and the type of verbs that constitute these clauses. In order to achieve our main goal, that is, to describe the different levels of syntactic integration of consecutive correlated clauses, we decided to work with 15 film scripts found in www.roteirosdecinema.com.br. The results show that such clauses present different syntactic integration levels depending on the intensifier used in the structure. It also proved that this dependence can be identified through their mobility in relation to the intensified element..*

Keywords: *Consecutive correlated clauses. Levels of syntactic integration of the clauses. Intensifier. Functionalism*

1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

No âmbito da Gramática Tradicional (GT), não há menção à correlação como procedimento sintático. Gramáticos seguidores da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), como Cunha (1990, p. 539), Cunha e Cintra (1985, p. 578-601), Luft (2002, p. 45-84) e Kury (2002, p. 62-109), mencionam a existência de pares correlativos ou conjunções que vem aos pares, caracterizando as orações com essa propriedade como correlatas, listando entre elas as consecutivas.

No entanto, gramáticos anteriores à NGB, como Oiticica (1942, 1952), Ney (1955) e Chediak (1960), preconizaram a defesa da correlação como mecanismo de estruturação sintática no âmbito do período composto.

Com base nesses autores, Rodrigues (2007) defende que a correlação é um mecanismo de estruturação sintática ou procedimento sintático em que uma sentença estabelece uma relação de interdependência com a outra no nível estrutural. Para ela, na correlação, nenhuma das orações subsiste sem a outra, porque, na verdade, elas são interdependentes, isto é, a correlação tem sua conexão estabelecida por elementos formais, expressões que compõem um par correlativo, estando cada um de seus componentes em orações diferentes.

A hipótese de Rodrigues (2007) é, então, a de que a correlação é um processo de articulação de orações tal como o são a coordenação e a subordinação, e de que existem cinco tipos de orações correlatas em português

– as aditivas, as alternativas, as comparativas, as consecutivas e as proporcionais. Segundo a autora, a correlação apresenta as seguintes características que a particularizam em relação à subordinação e à coordenação:

- a) apresenta conjunções que vêm aos pares, cada elemento do par em uma oração;
- b) as orações correlatas não podem ter sua ordem invertida, isto é, não apresentam a mobilidade posicional típica das subordinadas adverbiais da GT;
- c) as correlatas não podem ser consideradas parte constituinte de outra, como ocorre com as subordinadas substantivas da GT.

Defender a existência de orações correlatas, que não estão contempladas na NGB, como as consecutivas, implica considerar a correlação como um procedimento sintático diferente, e não simplesmente como uma variante da coordenação e da subordinação, como já o fizeram Oiticica (1942, 1952), Ney (1955), Pauliukonis (1995), Módulo (1999, 2004, 2008), Rodrigues (2001, 2007), Castilho (2002, 2010), Rosário (2007, 2009, 2012), só para citar alguns.

O trabalho que ora se apresenta pretende discutir a integração sintática das orações correlativas consecutivas no português, por considerar esse fato sintático ainda pouco explorado no português brasileiro. Para tanto, iniciamos a “Apresentação do tema” situando brevemente a correlação e as orações consecutivas correlatas em abordagens linguísticas, para, a seguir, na “Introdução”, explicitar o estudo motivador da investigação, segundo a proposta funcionalista. Assim, nos “Pressupostos teóricos”, adotando a funcionalismo como aporte teórico, discutem-se os processos de combinação e gramaticalização de cláusulas. Após isso, na “Metodologia”, descrevem-se o *corpus* utilizado e os procedimentos descritivos adotados para a análise dos dados. A “Análise dos resultados” leva em consideração os aspectos sintáticos em primeiro lugar e em segundo, os semântico-pragmáticos. Nas “Considerações finais”, retomam-se alguns pontos importantes para o estudo e, por fim, listam-se os trabalhos consultados nas “Referências”.

2 INTRODUÇÃO

Adotando uma abordagem funcional-discursiva da língua, Marques (2009) estuda as cláusulas consecutivas *stricto* e *lato sensu*, ou seja, as

consecutivas prototípicas, como “Falou tão alto que todos escutaram”, e cláusulas que não receberiam tal classificação dentro de um enfoque mais tradicional, como “e então uma época até difícil do pescador pescar *nós estamos passando até crise aí difícil aí agora entendeu?*”, em que a segunda oração estabelece com a primeira uma relação de consequência sem apresentar, no entanto, um articulador prototípico dessa relação. A autora, após o levantamento de cláusulas que estabeleciam, de uma forma ou de outra, uma relação consecutiva, sugere a distribuição destas dentro de um *continuum* de gramaticalização de cláusulas, proposto por Hopper e Traugott (1993), que vai da parataxe à subordinação.

Uma vez que as estruturas correlativas não foram contempladas no *continuum* proposto por Hopper e Traugott (1993), Marques (2009) propõe como alternativa a extensão do conceito desses autores do que sejam as estruturas de encaixamento. Assim, passa-se a considerar não apenas cláusulas integradas estruturalmente em outra, mas também “cláusulas que apresentam dois termos interdependentes estruturalmente”, ou seja, as cláusulas correlatas. Tal proposta apresenta uma notável contribuição, uma vez que separa tais estruturas daquelas que apresentam um comportamento bem diferenciado, as adverbiais. Essas se constituem como margem em torno de um núcleo, não sendo esse, no entanto, o caso das correlatas.

Dessa forma, temos como hipótese principal deste artigo que o *continuum* de gramaticalização de cláusulas, proposto por Hopper e Traugott (1993), não abarca todas as possibilidades de codificação das cláusulas consecutivas. Torna-se necessária, desse modo, a proposta de um *continuum* que seja mais abrangente, já que se acredita que as cláusulas correlatas consecutivas se encontram em estágios diferenciados de gramaticalização.

Sendo assim, objetiva-se aqui rever a proposta de Hopper e Traugott (1993), já institucionalizada nas pesquisas linguísticas funcionais, com vistas a uma investigação mais detalhada dos níveis de integração das cláusulas consecutivas correlatas e seus possíveis desdobramentos. Além disso, pretendemos contemplar, em nossa análise, aspectos semântico-pragmáticos dessas cláusulas, como seu *status* informacional, relação de consecutividade e os tipos de verbo que compõem as cláusulas consecutivas correlatas.

3 PROCESSOS DE COMBINAÇÃO DE CLÁUSULAS NO FUNCIONALISMO

Devido à falta de consistência teórica observada na formulação dos conceitos tradicionais de coordenação e subordinação, muitos estudos linguísticos, à luz de postulados funcionalistas, vêm sendo desenvolvidos com o objetivo de reformular tais conceitos. Assim, são apresentados vários questionamentos e revisões a respeito das noções desses dois tipos de estruturação sintática e das propriedades em que se pauta sua distinção.

Mathiessen e Thompson (1988), por exemplo, consideram problemático o termo “subordinação”, uma vez que se torna improvável fazer a distinção entre encaixamento e articulação (combinação de cláusulas), isto é, entre cláusulas que se integram estruturalmente em outras e cláusulas que se relacionam com o aspecto organizacional do discurso. Sendo assim, seguindo a abordagem de Halliday (1985), admitem, em termos de grau de interdependência (eixo tático), dois tipos de combinação de cláusulas: a paratática e a hipotática.

Atendo-se, principalmente, às construções hipotáticas de realce, Mathiessen e Thompson (1988) propõem que a combinação de cláusulas seja um reflexo da organização retórica do discurso. Eles explicam que diferentes tipos de relações retóricas (como as de causa, condição, concessão etc.), que se processam nos textos, em geral, atualizam-se por meio de diferentes processos de vinculação.

Nesse sentido, o processo de combinação de cláusulas constitui uma gramaticalização das unidades retóricas discursivas, que pode ocorrer tanto na relação de “listagem”, em que não se verifica nenhuma relação de subordinação entre as partes textuais, não havendo, portanto, hierarquização, quanto na relação “núcleo-satélite”, na qual certas porções textuais realizam os objetivos centrais do falante/escritor e outras, os objetivos complementares, mas não menos importantes ou dependentes em relação à oração núcleo. Tem-se, portanto, uma relação que envolve a noção de “escopo” e a noção de “satélite”. Nesse caso, segundo Braga (2001, p. 27), o termo “gramaticalização” é concebido na acepção lata, isto é, “aquela que contempla as forças e maneira como as formas e construções gramaticais emergem, são utilizadas e formatam a língua”, tal como sustentado por Hopper e Traugott (1993).

No Brasil, estudiosos de orientação funcionalista também têm centrado a sua atenção nos processos sintáticos de combinação de cláusulas, criticando o enfoque tradicional dado a esses processos. Citamos, por exemplo, Decat (1999,

p. 24), que questiona as definições apresentadas para sentenças coordenadas e subordinadas a partir da noção de dependência (formal, semântica ou pragmática). A autora destaca que o parâmetro formal ainda é o mais utilizado para se caracterizar a noção de dependência. Para ela, a dificuldade em se explicar casos das chamadas “falsas coordenações”, ou de cláusulas subordinadas sem a matriz, ou mesmo o estatuto das cláusulas quanto à noção de dependência, reforça a necessidade de se abandonar o termo “subordinação” e substituí-lo por parâmetros que melhor descrevam a relação entre cláusulas no nível do discurso.

Assumindo uma abordagem discursivo-funcional, Decat (1999) discute a questão da (in)dependência de sentenças a partir do parâmetro, postulado por Chafe (1980), de *idea unit* (unidade informacional). Segundo Chafe (1980 apud DECAT, 1999, p. 27), unidade informacional é um “jato de linguagem” que contém toda a informação que pode ser manipulada pelo falante em um único fluxo de consciência.

Tomando por base esse parâmetro, Decat (1999) revisita a classificação das chamadas orações subordinadas e as subdivide em dois grupos: estruturas de encaixamento – que compreendem as subordinadas substantivas e adjetivas restritivas da gramática tradicional – e estruturas de hipotaxe – que englobam as adverbiais e as adjetivas explicativas da gramática tradicional.

No primeiro grupo, estão inseridos os tipos de subordinadas que fazem parte de uma mesma unidade de informação. Já, no segundo grupo, aquelas sentenças que, caracterizando-se como opções de que se vale o falante na organização do seu discurso, constituem, elas mesmas, unidades de informação à parte.

Evidencia-se também um comportamento diferente dos dois grupos antes mencionados, no que concerne ao seu papel sintático: as estruturas de encaixamento ocorrem em uma função de argumento ou de modificador, enquanto as estruturas de hipotaxe funcionam como adjuntos. Esse fato torna viável o estabelecimento da diferença entre esses dois grupos em termos de unidade informacional, que, de acordo com Decat (1999), poderá auxiliar a compreensão da (in)dependência das cláusulas.

3.1 Gramaticalização de cláusulas

A gramaticalização é vista como um processo de criação da gramática através da necessidade discursiva. Tal processo, afirma Neves (2006, p. 20), reflete a relação entre o sistema gramatical e o funcionamento discursivo, ou seja, explica-se pela interação entre as motivações internas ao sistema e as motivações externas a ele.

Ao tratarem do processo de mudança, os estudiosos da gramaticalização, geralmente, fazem referência à dicotomia item lexical/item gramatical. Gonçalves e colaboradores (2007) dizem que é necessário indagar se esses itens estão realmente em uma relação de polarização ou se há um *continuum* entre eles.

Reconhecendo esse problema, os estudos de gramaticalização, além de focalizarem fenômenos morfológicos, ampliam seus estudos para a abordagem de fatores sintáticos. Já é consenso na literatura linguística de orientação funcionalista que tais estudos também podem abranger os processos de combinação de orações.

Abordando essa questão, Hopper e Traugott (1993) afirmam que, sendo a gramaticalização definida amplamente como um processo que compreende as motivações e o desenvolvimento de estruturas gramaticais gerais, o processo de articulação de cláusulas está dentro de seus domínios. Segundo eles,

[...] a combinação de cláusulas pode ser considerada do ponto de vista de um *continuum* unidirecional: da justaposição relativamente livre à combinação sintática e morfológica dentro dos limites da estrutura da gramaticalização amplamente interpretada. (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 168)

Dessa forma, visando a uma simplificação, os autores propõem um modo tripartido para um entendimento mais satisfatório de como as cláusulas se articulam em um complexo oracional. Para esses autores, as cláusulas devem ser classificadas, conforme seu grau de dependência e encaixamento; portanto, propõem o seguinte *continuum*: parataxe, hipotaxe e subordinação.

Parataxe consiste na independência relativa entre as cláusulas e compreende tanto as sequências nas quais as cláusulas núcleo se justapõem umas às outras, sob um único contorno entonacional, sem o uso de um elemento conector (justaposição), quanto aquelas nas quais um elemento segmental sinaliza a relação entre elas (coordenação).

Hipotaxe consiste na interdependência entre as cláusulas, compreendendo uma cláusula núcleo e uma ou mais cláusulas margens que não podem figurar sozinhas no discurso. Incluem-se, nesse grupo, as relativas apositivas e as adverbiais da GT, ou seja, estruturas que envolvem alguma relação circunstancial, como condição, razão, finalidade, causa, tempo, espaço, modo e meio. (MATHIESSEN; THOMPSON, 1988)

Já subordinação consiste na dependência das cláusulas em relação ao núcleo e inclui cláusulas que se encontram à margem e estão incluídas no constituinte de um núcleo, como as cláusulas completivas (substantivas da GT) e as relativas restritivas (adjetivas restritivas da GT).

Esses três tipos de categorização das cláusulas são evidências, portanto, de que não existe um fenômeno único de subordinação. Observa-se que o primeiro e o segundo arranjo – parataxe e hipotaxe – representam opções organizacionais para o usuário da língua na estruturação de seu discurso, diferenciando-se assim do terceiro tipo – subordinação ou encaixamento –, em que se encontram cláusulas integradas estruturalmente em outra.

De acordo com Marques (2009), as cláusulas correlatas consecutivas foco deste estudo não se encontram em nenhum dos três grupos supracitados, visto que estas envolvem o processo da correlação. Por apresentarem um grau de encaixamento diferente do das subordinadas substantivas, a autora adaptou a proposta funcionalista e as incluiu no grupo de encaixamento de estruturação intermediária 1, uma vez que tais cláusulas não apresentam dependência em relação a um Sintagma Verbal (SV) ou a um Sintagma Nominal (SN), mas em relação a um intensificador.

Tendo feito tal distinção e proposto tal inclusão, nosso objetivo é agora verificar os diferentes níveis de integração sintática das cláusulas consecutivas correlatas.

4 METODOLOGIA

Para atingirmos os objetivos do presente estudo, optamos por trabalhar com roteiros de cinema, encontrados no site [www.roteirosdecinema.com.br](http://www roteirosdecinema.com.br). Foi selecionado um total de 15 roteiros, a saber: *É proibido fumar*, *Antes que o mundo acabe*, *Carro de paulista*, *Dores e amores*, *Feliz ano velho*, *Jogo subterrâneo*, *As melhores coisas do mundo*, *Olhos azuis*, *Bendito fruto*, *Bens confiscados*, *A cartomante*, *Batismo*

de sangue, Cabra-cega, Carandiru e Bar esperança, o último que fecha ou Não se preocupe, nada vai dar certo.

Consideramos apenas dados que continham materializados os pares correlatos consecutivos “tanto... que”, “tal... que”, “tão... que” etc. Casos em que um dos elementos do par era omitido, como em “Tudo aconteceu *tão* rápido, Ø eu perdi o controle da situação”, foram desconsiderados no presente trabalho.

Embora essa investigação não seja de cunho variacionista, foi constituído um grupo de fatores para o detalhamento dos dados, já que acreditamos que uma análise quantitativa pode estar a serviço de uma melhor descrição do fenômeno em tela.

Os fatores que se mostraram mais relevantes para a análise serão comentados e discutidos no item seguinte.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em 4 roteiros, dos 15 analisados, não foram encontradas ocorrências de cláusulas correlatas. No total, foram levantadas apenas 33 ocorrências do nosso objeto de estudo, mas acreditamos ser o suficiente para um estudo-piloto, uma vez que, apesar da baixa frequência, é possível fazermos algumas generalizações que certamente serão mais aprofundadas e detalhadas em estudos posteriores.

A seguir, serão expostos os resultados obtidos através de nossa análise. Serão discutidos primeiramente aspectos de ordem sintática, visando a uma proposta de níveis diferentes de integração das cláusulas consecutivas correlatas. Posteriormente, a análise se voltará a aspectos de ordem semântica e pragmática.

5.1 Aspectos sintáticos

Para comprovarmos a hipótese de que as cláusulas consecutivas correlatas apresentam diferentes níveis de integração sintática, utilizaremos alguns fatores sintáticos levantados a partir de Lehmann (1988), que propõe seis parâmetros semântico-sintáticos para o estudo da articulação de cláusulas em qualquer língua e a formulação de uma tipologia de sentenças complexas. Esses parâmetros são: (1) rebaixamento hierárquico da cláusula subordinada; (2) nível sintático do constituinte ao qual a cláusula subordinada se vincula; (3)

dessentencialização da subordinada; (4) gramaticalização do verbo principal; (5) entrelaçamento das duas cláusulas; (6) explicitude da articulação.

Tendo em vista alguns aspectos da vinculação de sentenças, esses seis parâmetros são agrupados pelo autor em três pares – (1)-(2), (3)-(4) e (5)-(6). Tais aspectos consistem na autonomia ou integração da cláusula subordinada, na expansão ou redução da sentença subordinada ou da principal e no isolamento ou articulação das orações.

Cada um dos parâmetros propostos pelo autor é analisado a partir de um *continuum* que é expresso entre dois polos: um polo de máxima elaboração e o outro de máxima condensação de informação lexical e gramatical.

Gonçalves e colaboradores (2007, p. 86) explicam que o primeiro e o segundo parâmetros podem sinalizar autonomia ou integração da cláusula subordinada na principal; o segundo e o terceiro podem constituir indícios de expansão ou redução de cláusula subordinada ou da principal; o quinto e o sexto podem indicar isolamento ou articulação das cláusulas.

Segundo Lehmann (1988), cada extremo desses *continua* corresponde a um tipo de cláusula, sendo o primeiro equivalente a uma combinação de sentenças sintaticamente iguais e interligadas por um conectivo (sentenças paratáticas). Já o segundo equivale a uma combinação de sentenças com um dos predicados reduzidos (sentenças encaixadas). Percebe-se, dessa forma, que o *continuum* parte de um polo em que o nível de vinculação sintática entre as cláusulas é mais frouxo para um polo em que esse nível é mais estreito.

O recorte que impomos ao nosso trabalho – análise das consecutivas correlatas – inviabiliza a utilização de todos os fatores de Lehmann (1988) relacionados aos diferentes níveis de autonomia e integração sintática existentes entre as orações do período composto. Dessa forma, aproveitaremos da proposta do autor apenas os fatores relacionados ao entrelaçamento e explicitude da articulação. Com isso, analisamos (1) a vinculação do par correlato, (2) os elementos intervenientes entre o intensificador e o articulador, (3) a mobilidade posicional do primeiro par correlato, (4) a manifestação de sujeitos, (5) a identidade entre sujeitos e (6) a correlação entre tempos verbais.

Dos 33 pares correlatos encontrados, 2 se mostraram equilibrados: “tão... que”, com 15 ocorrências, e “tanto... que”, com 14 ocorrências. O par “tal... que” apresentou apenas 3 ocorrências.

De acordo com Mateus e colaboradores (2003), tais pares exprimem uma consequência (I) da intensidade de uma qualidade – “Este filme é tão cômico

que os espectadores riem todo o tempo”, (II) da quantidade de um objeto – “O Antônio tem tantos livros que vai fazer um seguro” e (III) da qualidade de um processo descrito na oração matriz – “A rapariga emagreceu tanto que não tem roupa que lhe sirva”.

Percebemos, pelos exemplos (II) e (III), apresentados pela autora, que o primeiro elemento do par correlato “tanto” ora intensifica um SN, ora intensifica um SV. De acordo com as acepções possíveis para esse item, Houaiss e Villar (2001 apud LIMA-HERNANDES; DEFENDI, 2006) afirmam que o “tanto” do exemplo (II) é um adjetivo (tão numeroso, em tamanha quantidade < tantos aplausos acabaram por fazê-la cair em prantos >). Já o “tanto” do exemplo (III) é um quantificador de intensidade (< bateu tanto que quase matou >).

Ao cruzarmos os fatores “configuração do par correlato” e “mobilidade posicional do primeiro par correlato”, verificamos que, quando “tanto” funciona como um quantificador de intensidade, o primeiro elemento apresenta mobilidade dentro da oração, como podemos observar em:

(1) “Lembro que, enquanto lia o livro, meus filhos se interessaram *tanto* / *que* pensei – esta história dá um filme infanto-juvenil muito legal”. (*Antes que o mundo acabe*, 2010)

(1.1) Lembro que, enquanto lia o livro, meus filhos *tanto* se interessaram / *que* pensei esta história dá um filme infanto-juvenil muito legal.

Lembro que, enquanto lia o livro, *tanto* meus filhos se interessaram / *que* pensei – esta história dá um filme infanto-juvenil muito legal.

Lima-Hernandes e Defendi (2006) afirmam que quando o intensificador “tanto” toma o verbo como escopo, apresenta um caráter adverbial. Dessa forma, podemos notar que, em (1.1) e (1.2), tal intensificador pode separar-se do elemento intensificado, no caso o verbo, sem prejuízos semânticos devido a essa característica. Chamaremos esse quantificador de intensidade (tanto + SV) de “tanto 1”.

Como tanto 1 admitiu duas diferentes possibilidades de mobilidade em relação ao exemplo base (1) – intercalado (entre o sujeito e o verbo) e anteposto (no início da oração) –, optamos por chamar essa mobilidade de “grau 2”.

“Tanto”, na acepção de adjetivo, ou seja, quando desencadeia uma consequência da quantidade de um objeto, admite flexão de número e gênero e,

diferentemente do tanto 1, não apresenta mobilidade, isto é, não se separa do elemento intensificado. Chamaremos esse “tanto” com acepção de adjetivo (tanto + SN) de “tanto 2”.

(2) “Eu não te abandonei, Daniel. Se abandonei alguma coisa, foi uma vida. Deixei tanta coisa pra trás / *que* nem sei por onde começar”. (*Antes que o mundo acabe*, 2010)

(2.1) Eu não te abandonei, Daniel. Se abandonei alguma coisa, foi uma vida. Tanta coisa deixei pra trás / *que* nem sei por onde começar.

Observamos, nesses exemplos, que, ao mudarmos a posição do intensificador, colocando-o antes do verbo “deixar”, o elemento intensificado (coisa), vai junto, pois, como vemos na oração a seguir, não é possível a separação, como em (1.1) e (1.2), apresentando, assim, uma mobilidade de grau 0:

* (2.2) Eu não te abandonei, Daniel. Se abandonei alguma coisa, foi uma vida. Tanta deixei coisa pra trás / *que* nem sei por onde começar.³

O intensificador “tal”, assim como o tanto 2, também desencadeia uma consequência da quantidade de um objeto, sendo assim é também um adjetivo. No entanto, esse elemento admite flexão apenas de número e pode funcionar ora como um predicativo do sujeito (exemplo 3) ou do objeto, ora como um adjunto adnominal (exemplo 4).

Na função de predicativo, ou “tal 1”, “tal” apresenta mobilidade de grau 2, como podemos observar a seguir:

(3) “... tal foi a opinião de Rita / *que*, que por outras palavras mal compostas, formulou este pensamento: – a virtude é preguiçosa e avara, não gasta tempo nem papel; só o interesse é ativo e pródigo. (*A cartomante*, 2005)

(3.1) ... foi tal a opinião de Rita / *que*, que por outras palavras mal compostas, formulou este pensamento: – a virtude é preguiçosa e avara, não gasta tempo nem papel; só o interesse é ativo e pródigo”.

(3.2) ... foi a opinião de Rita tal / *que*, que por outras palavras mal compostas, formulou este pensamento: – a virtude é preguiçosa e avara, não gasta tempo nem papel; só o interesse é ativo e pródigo.

³ O asterisco utilizado antes do exemplo indica que a oração é agramatical.

Verificamos que o elemento em questão aparece no início da oração em (3), intercalado (no meio do verbo e do elemento intensificado) em (3.1) e posposto ao elemento intensificado em (3.2).

Já, na função de adjunto, ou seja, “Tal 2”, esse intensificador apresenta uma mobilidade que fica entre o tanto 1/tal 1 e o tanto 2, ou seja, uma mobilidade de grau 1:

(4) “Não a leva a sério, não a entende. A teme a tal ponto / *que* decide separar-se.” (*Feliz ano velho*, 2010)

(4.1) Não a leva a sério, não a entende. A teme a ponto tal / *que* decide separar-se.

Vemos que “tal”, em (4) e (4.1), pode tanto ser anteposto quanto posposto ao elemento intensificado, mas diferente do tal 1, ele não pode aparecer no início da oração:

*(3.2) Não a leva a sério, não a entende. Tal a teme a ponto / *que* decide separar-se.

Na função de predicativo, “tal” apresenta mobilidade de grau 2, como podemos observar a seguir:

(4) “... tal foi a opinião de Rita / *que*, que por outras palavras mal compostas, formulou este pensamento: – a virtude é preguiçosa e avara, não gasta tempo nem papel; só o interesse é ativo e pródigo”. (*A cartomante*, 2005)

(4.1) ... foi tal a opinião de Rita / *que*, que por outras palavras mal compostas, formulou este pensamento: – a virtude é preguiçosa e avara, não gasta tempo nem papel; só o interesse é ativo e pródigo.

(4.2) ... foi a opinião de Rita tal / *que*, que por outras palavras mal compostas, formulou este pensamento: – a virtude é preguiçosa e avara, não gasta tempo nem papel; só o interesse é ativo e pródigo.

Verificamos que o elemento em questão aparece no início da oração em (4), intercalado (no meio do verbo e do elemento intensificado) em (4.1) e posposto ao elemento intensificado em (4.2).

O intensificador “tão” é um advérbio que, diferente de “tanto”, que modifica verbos, acompanha adjetivos e advérbios. (LIMA, 2003, p. 174) Em nosso *corpus*, de um total de 15 ocorrências, ele aparece intensificando

advérbios em apenas duas delas. Tanto em um caso, como no outro, esse elemento não apresenta mobilidade posicional:

(5) “Nildes olha Tito nos olhos por alguns segundos, ele está tão assustado / *que* a irmã fica com os olhos cheios de lágrimas, segura as mãos dele com força e sai”. (*Batismo de sangue*, 2008)

(5.1) Nildes olha Tito nos olhos por alguns segundos, tão assustado ele está / *que* a irmã fica com os olhos cheios de lágrimas, segura as mãos dele com força e sai. (*Batismo de sangue*, 2008)

Da mesma forma que o tanto 2, o intensificador “tão”, ao ser mudado de posição, isto é, sendo colocado anteposto ao SV, o elemento intensificado (assustado) o acompanha. A separação de ambos não se mostra possível, assim sendo, podemos afirmar que “tão” apresenta uma mobilidade de grau 0.

Como pudemos depreender da análise feita até aqui, o fator “mobilidade posicional do primeiro elemento do par correlato” se mostrou bastante proveitoso para os nossos propósitos, que é propor um *continuum* de níveis de integração das consecutivas correlatas.

O fator “elementos intervenientes entre o intensificador e o conector” também se mostrou produtivo, uma vez que verificamos uma possível correlação entre menor mobilidade posicional do intensificador e menor número de elementos intervenientes. A contagem total desse fator foi: \emptyset (2 ocorrências de nenhum elemento interveniente), um elemento (14 ocorrências), dois elementos (5 ocorrências), três elementos (3 ocorrências) e quatro elementos ou mais (9 ocorrências). Dentre as 14 ocorrências que apresentaram apenas um elemento interveniente, 10 foram entre os pares “tão... que”, que apresenta grau zero de mobilidade posicional. Vejamos um exemplo:

(6) “Ele vai ficar tão envergonhado / *que* nunca mais entra aqui”. (*Bar esperança, o último que fecha ou não se preocupe, nada vai dar certo*, 1983)

Um exemplo que diverge do (6) é o que será apresentado a seguir, pois há a presença de vários elementos entre o intensificador e o articulador. Observemos:

(7) “*Tantas* vezes o biógrafo e o biografado foram tomados desse envolvimento, cúmplices dessa simbiose, / *que* essas condições tomaram o livro de novos instrumentos”. (*A cartomante*, 2005)

Ressaltamos que as 16 ocorrências em que o sujeito da primeira oração aparece materializado e, na segunda, elíptico, 10 ocorreram com o par correlato “tão... que” (conferir exemplo 6), dentre os quais 7 sujeitos idênticos e 3 diferentes, o que demonstra uma maior integração entre as orações ligadas por esse par.

O fator correlação entre tempos parece não ter sido tão produtivo dentro da nossa proposta de se traçar um *continuum*, visto que, na maioria dos casos, foi observada a correlação entre os tempos verbais, como verificamos a seguir:

1) Presente + presente:

Tanto... que

(6) “Pedrão – Eu sou fino, meu filho. Seleciono meus abates, entendeu?

Jorginho – Seleciona *tanto / que* acaba ficando na mão”. (*Carro de paulista*, 2010)

Tal... que

(7) “A teme a *tal* ponto / *que* decide separar-se”. (*Feliz ano velho*, 2010)

Tão... que

(8) “Mas escrever uma história é *tão* sofrido e demorado, / *que* a maior parte das histórias é abandonada”. (*Olhos azuis*, 2010)

2) Pretérito + pretérito:

Tanto... que

(9) “*Tanto* imaginou o que iria passar, / *que* chegou a crê-lo e vê-lo”. (*A cartomante*, 2005)

Tal... que: cf. exemplo (4)

Tão... que

(10) “Eu estava *tão* imerso naquele universo, / *que* senti aquela preponderância mágica da história sobre algumas decisões...”. (*A cartomante*, 2005)

Ressalta-se que o maior número de ocorrências foi da correlação “pretérito x pretérito”, 20 casos contra 8 da correlação “presente x presente”. A correlação “futuro x presente” apresentou apenas uma ocorrência. No entanto, após analisarmos o exemplo seguinte,

(11) Vou fazer um strip-tease na frente dos amigos dele! Ele vai ficar *tão* envergonhado / *que* nunca mais entra aqui! (*Bar esperança, o último que fecha ou não se preocupe, nada vai dar certo*, 1983),

podemos afirmar que, apesar de o verbo da segunda cláusula (entra) estar no presente do indicativo, ele apresenta um teor semântico de futuro, devido ao contexto discursivo.

Como já citado anteriormente, dentre os fatores sintáticos verificados, o fator mobilidade do intensificador, pareceu-nos o mais produtivo. Outros fatores terão de se observados em estudos posteriores. Por ora, podemos concluir que tanto o intensificador “tanto” quanto “tal”, por apresentarem graus de mobilidade diferenciados, foram separados para fins de análise.

O intensificador “tão”, como mencionado, não apresenta mobilidade em relação ao elemento intensificado e, por isso, apresenta grau de mobilidade 0. A seguir, mostramos um quadro com um esquema que demonstra os níveis de menor e maior integração das cláusulas consecutivas correlatas, baseado nos intensificadores que as compõem:

Quadro 1 – Integração das cláusulas consecutivas correlatas

	- integradas		+ integradas		
Intensificador	tal 1 < tanto 1 < tal 2 < tanto 2 < tão →				
Grau de mobilidade	(2)	(2)	(1)	(0)	(0)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar de tal 1 apresentar o mesmo grau de mobilidade de tanto 1, este não apresenta flexão, assim como aquele. Sendo assim, é possível dizer “Os gritos foram *tais* que fiquei assustada”, mas não “Ela gritou *tanta* que fiquei assustada”. Portanto, tal 1 foi considerado menos integrado. O mesmo ocorreu com tanto 2 e “tão”, pois é possível dizer “Ela tem *tantos* sapatos que não tem onde colocá-los”, mas não “Eles são *tões* inteligentes que passam em qualquer concurso”. Portanto, “tão” foi considerado mais integrado em relação a tanto 2.

Passemos, no seguinte item, às discussões relativas aos aspectos semântico-pragmáticos das cláusulas em questão.

5.2 Aspectos semântico-pragmáticos

A fim de detectarmos alguns aspectos semânticos e pragmáticos das cláusulas que são nosso objeto de estudo, verificamos fatores relativos à relação semântica de consecutividade, aos tipos de verbos, ao tipo de sequência em que se encontram tais cláusulas e ao *status* informacional.

Segundo Sweetser (1990 apud NASCIMENTO, 2009), a relação exercida entre as orações depende de domínios pragmáticos. Seu estudo mostra que as orações complexas de causa figuram em três domínios: domínio do conteúdo (orações que expressem causa real); domínio epistêmico (geralmente uma premissa com uma conclusão causal enunciadas pelo falante); domínio dos atos de fala (a oração principal é um ato de fala – pode ser uma ordem ou uma pergunta, e a hipotática, a causa do ato de fala).

Em nosso *corpus*, verificamos que os dois primeiros domínios, o de conteúdo e o epistêmico, também estão presentes nas cláusulas consecutivas. No entanto, o domínio dos atos de fala apresentou apenas uma ocorrência. Sabemos que tanto essas cláusulas quanto as de causa estabelecem relação de causa-consequência. Adaptando, então, a proposta de Sweetser (1988) para as consecutivas, dizemos que o primeiro domínio, o de conteúdo, engloba orações que explicitam uma consequência real (conferir exemplo 5); o segundo domínio, o epistêmico, envolve uma premissa com uma conclusão, envolvendo um julgamento por parte do enunciador (conferir exemplo 11).

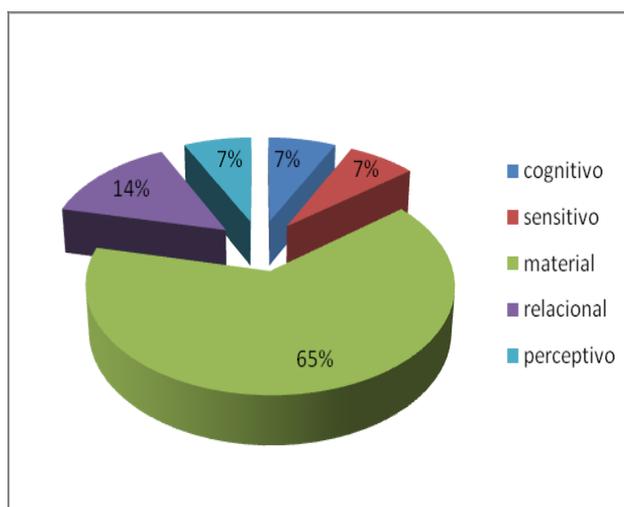
No exemplo (5), o fato de Nildes ter segurado a mão do irmão com força e ter saído com os olhos cheios de lágrimas são fatos reais, consequências diretas do que foi afirmado na causa “ele está *tão* assustado”. Já no exemplo (11), a oração consecutiva “que nunca mais entra aqui” não pode ser considerada um fato real, visto que nem ainda aconteceu. Trata-se, na verdade, de uma conclusão da personagem tirada a partir da premissa de que o homem vai ficar envergonhado com o *strip-tease* que irá ocorrer.

Verificamos que 42,4% das ocorrências apresentavam a oração consecutiva dentro do domínio do conteúdo e 54,5%, no domínio epistêmico.

A partir do trabalho de Silva (2010), analisamos os tipos semânticos dos verbos presentes nas orações consecutivas correlatas. Em nosso *corpus*, os tipos

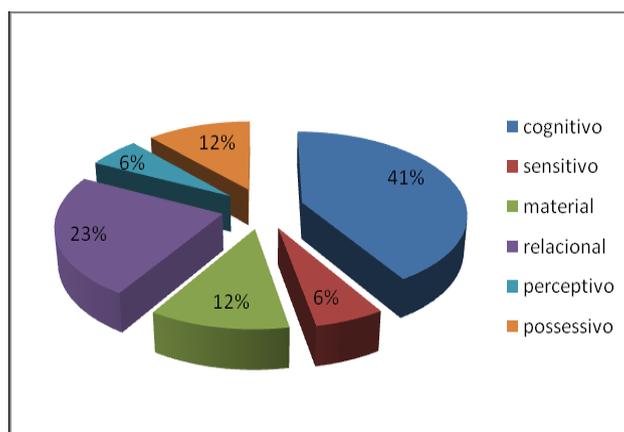
verbais que se mostraram mais produtivos foram o material e o cognitivo. O primeiro tipo engloba verbos de ação e pode ser relacionado às consequências diretas da causa apresentada na cláusula anterior. O segundo tipo, o cognitivo, relacionado ao ato de pensar, raciocinar, inferir pode estar relacionado às conclusões do falante. A fim de verificar se essa correlação realmente acontece, cruzamos os fatores “tipo de verbos” e “relação de consecutividade”, e obtivemos os resultados apresentados a seguir.

Gráfico 1 – Consecutividade de conteúdo e tipos de verbos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 2 – Consecutividade epistêmica e tipos de verbos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Pudemos verificar que, quando a relação de consecutividade está no domínio de conteúdo, o tipo de verbo é prioritariamente o material, com 65% do total de ocorrências. Vejamos um exemplo:

(12) A estreia de *Feliz Ano Velho*, promovida pela Folha de São Paulo foi concorrida... e tumultuada, *tanto assim / que uma das portas de vidro do Cine Gazeta foi quebrada pela multidão* que queria entrar quando já não havia mais lugares. (*Feliz ano velho*, 2010)

No exemplo (12), entendemos que o fato de as portas de vidros terem sido quebradas se mostra como uma consequência direta da estreia tumultuada (a causa). Vemos que o verbo “quebrar” é um verbo de ação, portanto, material. Cumpre esclarecer que, quando há um verbo auxiliar como em “foram quebradas”, analisamos o verbo principal.

Em relação ao Gráfico 2, verificamos que, quando a relação de consecutividade se encontra no domínio epistêmico, o tipo de verbo mais recorrente é o cognitivo, seguido do relacional. Vejamos um exemplo:

(13) Chris colocou uma música de Astor Piazzola e *os dois, que mal se conheciam, compuseram juntos uma coreografia aleatória tão expressiva / que tive certeza de que iriam se entender muito bem*. (*Jogos subterrâneos*, 2010)

Nesse exemplo, o fato de a coreografia ter sido muito expressiva não pode ser considerado uma causa necessária para a consequência apresentada na oração “que tive certeza de que iriam se entender muito bem”. A certeza que a personagem teve não pode ser considerada uma consequência factual, como a do exemplo (12); trata-se de um julgamento que a personagem teve, de uma conclusão a que se chegou. Portanto, temos uma relação de consecutividade dentro do domínio epistêmico, com o tipo verbal (ter certeza) cognitivo.

Quanto ao *status* informacional das cláusulas consecutivas, verificamos que a informação veiculada é, em 66,7% das ocorrências, uma informação nova, ou seja, uma informação introduzida pela primeira vez no discurso (CUNHA; OLIVEIRA; CEZARIO, 2003), como acontece em:

(14) Antonia escolheu a faculdade de medicina apesar do teste vocacional ter indicado a área de antropologia. Os namorados passaram a diminuir. A mãe foi morar no interior de São Paulo, na cidade de Araras. Antonia ficou sozinha

no apartamento de Copacabana, pé-direito de 3 metros, escada à la E o Vento Levou. O tempo de estudo fez com que ela ficasse cada vez mais reclusa. Quando não estava estudando para a faculdade, passava seu tempo na biblioteca do pai, devorando os russos, de Tolstói a Gogol, ou então lia e relia *A Odisseia*. Adorava Sinclair Lewis, no romance chamado *Babbit* – sempre chorava ao ler o final do livro, quando o personagem dizia que nunca fez o que sempre sonhou. Antonia tentou casar aos 26 anos, quando a faculdade tinha acabado. Durou três meses. Ele era um industrial interessante, inteligente, mas roncava. E ela não conseguia gozar de forma alguma com ele. Com o tempo, o sexo foi deixando de ter importância. O industrial era inconstante, ela descobriu que ele sofria de esquizofrenia compulsiva. De repente, Antonia se viu fazendo experiências com ele, atuando como terapeuta e não como esposa. *Tanto fez / que o homem, um dia, resolveu assumir uma desconhecida homossexualidade e saiu de casa*. Meses depois, foi encontrado morto num cabaré na Lapa. (*A cartomante*, 2005)

Fizemos um recorte de texto maior agora para demonstrar que a informação de que a homossexualidade do marido de Antônio não havia aparecido antes na história, portanto, uma informação totalmente nova.

As informações velhas e inferíveis apresentaram número de ocorrências semelhantes, 15,1% e 18,2%, respectivamente. Uma informação é considerada velha se já tiver ocorrido antes no discurso, como ocorre no exemplo a seguir:

(15) GISELA: Com o tempo você vai aprender a usar melhor os movimentos que possuí, vai ver. Vamos mais uma... Mário se esforça mais uma vez, mas desiste no meio, extenuado.

MÁRIO: Não dá mais...

GISELA: Então chega, por hoje é só. Com o tempo a gente aumenta os exercícios... (Gisela, então, examina a cadeira de Mário). Essa tua cadeira também não ajuda. Que tal trocar por outra?

MÁRIO: (surpreso) Você acha que precisa? E se eu voltar logo a andar?

GISELA: (hesitando levemente antes de responder) Aí você vende.

MÁRIO: (preocupado e ansioso) Mas você acha que vai levar *tanto* tempo assim / *que* eu precise de outra? (*Feliz ano velho*, 2010)

Percebemos que o fato de Mário precisar ou não de outra cadeira de roda já vinha sendo comentado antes da pergunta feita por ele, em que se tem a cláusula consecutiva. Uma informação inferível, por sua vez, é verificada por meio de processo de inferência, ou seja, a partir de outras informações dadas, como ocorre no exemplo (16):

(16) Em caso de conflito, tínhamos um acordo: nos trancaríamos numa sala e só sairíamos com a decisão. Em caso de novo conflito ainda, eu teria a palavra final. Mas nunca usei dessa prerrogativa. Nem gostaria de tê-la usado. *O processo de filmagem é tão intenso que não é possível estar certo o tempo todo.* (A cartomante, 2005)

Os resultados mostrados apontam que as cláusulas consecutivas correlativas apresentam níveis de integração sintáticos diferenciados a depender do intensificador utilizado e que essa dependência é identificada pela sua mobilidade em relação ao elemento intensificado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de se tratar de um estudo piloto, pudemos, por meio dele, verificar alguns aspectos interessantes concernentes aos componentes sintáticos e semânticos das cláusulas consecutivas correlatas.

Foi possível confirmar que, realmente, tais cláusulas apresentam níveis de integração sintáticos diferenciados a depender do intensificador utilizado e que tal dependência é verificada pela sua mobilidade em relação ao elemento intensificado. Constatamos que o tanto 1 e o tal 1 apresentam uma maior grau de mobilidade.

Em relação ao aspecto semântico-pragmático dessas cláusulas, foi interessante notar que, ao contrário do que diz Rocha Lima (2003, p. 281), por exemplo, nem sempre elas exprimem “o resultado que a declaração feita na principal vem desencadear”. Em muitos casos, elas apresentam inferências, conclusões, comentários do falante em relação ao que foi exposto na cláusula antecedente.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, M. L. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 23-34, 2001.
- CASTILHO, A. T. de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 2002.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHAFE, W. L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, W. L. (Ed.). *The Pear Stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.

-
- CHEDIK, A. J. (Org.). *Nomenclatura Gramatical Brasileira e sua elaboração*. [S.l.]: CADES, 1960.
- CUNHA, C. F. da. *Gramática da língua portuguesa*. 12. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1990.
- CUNHA, C. F. da.; CINTRA, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais In: MARTELOTTA, M. E. et al. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de unidade informacional. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 23-38, 1999.
- GONÇALVES, S. C. L. et al. (Org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold, 1985.
- HOPPER, P.; TRAUOGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 167-203.
- KURY, A. da G. *Novas lições de análise sintática*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- LEHMANN, C. Towards a Typology of Clause Linkage. In: THOMPSON, S.; HAIMAN, J. (Org.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 151-225.
- LIMA, C. H. da R. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- LIMA-HERNANDES, M. C.; DEFENDI, C. L. Estruturas X-que e atuação metonímica: gramaticalização de tanto que no Português. *ALFINGE*, Córdoba, v. 18, p. 109-126, 2006.
- LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre: Globo, 2002.
- MARQUES, E. C. S. *Gramaticalização da noção de consequência nos processos de combinação de cláusulas*. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- MATEUS, M. H. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.
- MATTHIESSEN, C. THOMPSON, S. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN, J. THOMPSON, S. *Clause combining in Grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.
- MÓDOLO, M. As construções correlatas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. de M. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. v. 2. São Paulo: Unicamp, 2008.
- MÓDOLO, M. *Correlação: Estruturalismo versus Funcionalismo*. (Pré) publications: forskning og undervisning. Danmark, n. 168, p. 1-9, feb.1999.

-
- MÓDOLO, M. *Gramaticalização das conjunções correlativas no Português*. 2004. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- NASCIMENTO, S. M. B. N. *Transitividade verbal e planos discursivos: um estudo funcionalista da hipotaxe adverbial causal em elocuições formais*. 2009. 88 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Paraná: Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.
- NEVES, M. H. de M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- NEY, J. L. *Guia de análise sintática*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1955.
- OITICICA, J. *Manual de análise léxica e sintática*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.
- OITICICA, J. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.
- PAULIUKONIS, M. A. L. Função argumentativa da correlação. In: PEREIRA, C. da C.; PEREIRA, P. R. D. (Org.). *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 337-347.
- RODRIGUES, V. V. *Construções comparativas: estruturas oracionais?* 2001. Tese (Doutorado em língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- RODRIGUES, V. V. Correlação. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (Org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 225-235.
- ROSÁRIO, I. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. 2012. 250 f. Tese (Doutorado em letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- ROSÁRIO, I. da C. Construções aditivas: uma análise funcional. In: *Pesquisa em Linguística Funcional: convergências e divergências*. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2009. 1 CD ROM.
- ROSÁRIO, I. da C. *Teoria da correlação revisitada*. In: SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS FILOLÓGICOS E LINGÜÍSTICOS, 9., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: FFP/EURJ. 2007.
- SILVA, A. G. A articulação e tipos semânticos de verbo das orações subordinadas adverbiais modais em português. In: RODRIGUES, V. V. (Org.). *Articulação de orações: pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- SWEETSER, E. Grammaticalization and Semantic Bleaching. *Berkeley Linguistics Society*, Berkeley, n. 14, p. 389-405, 1988.